

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas

O Yingwe -Mcb é uma sociedade do tipo microbanco, constituída a 25 de Abril de 2008, com visão de liderar a oferta de serviços micro financeiros periurbanos e rurais na província de Inhambane.

O exercício findo de 2022, foi para o Yingwe Microbanco, S.A, uma época marcada por muita expectativa e desafios tendo em conta os efeitos adversos registados mundialmente, de que Moçambique, em particular a Província de Inhambane, não esteve alheio. Referimos dos factores da conjuntura económica, a crise económica, agravada pela depreciação do metical face as moedas internacionais, em particular o dólar. Por outro lado, a crise decorrente do conflito militar, Rússia vs Ucrânia, não obstante os desastres naturais resultantes das alterações climáticas, que frequentemente assolam o mundo.

Este factores, afectaram de forma significativa a actividade económica, reduzindo assim a capacidade da procura de bens e serviços no mercado. Igualmente, registamos pouca procura do crédito, e uma degradação da qualidade da carteira e em consequência a redução do serviço de dívida dos clientes face aos seus compromissos.

Esta situação teve maior reflexo no nosso seguimento de mercado, considerando a sua exposição ou vulnerabilidade a riscos adversos, e aos desafios de transição, ou seja, de recuperação do período após-covid-19, o que levou a falência de alguns negócios e fuga de alguns clientes.

Outro desafio que se colocou no alcance de resultados, esteve associado a fraca capacidade de recursos com que a instituição se debate para alavancar a carteira de crédito.

Contudo, foi notório o empenho e determinação do pessoal para a estabilidade da carteira no período, o que é de enaltecer. Associando a este esforço, destaca-se ainda, o papel dos acionistas para assegurar a continuidade da instituição através de esforços na realização do capital. Apesar dos constrangimentos e adversidades, agradecer igualmente os clientes que sempre depositaram a sua confiança na nossa marca. Queremos continuar a merecer esta confiança; para isso, manifestamos o nosso compromisso de melhorar todos os dias.

Para 2023, a nossa perspectiva é continuar com o processo de busca de janelas de investimentos, focado na capitalização da instituição, com vista sua rentabilidade e elevação dos níveis de crescimento. Neste processo, a inclusão e o emponderamento da Juventude, em particular do género é também prioridade do banco.



Em nome do Conselho de Administração, gostaria de reiterar o nosso reconhecimento e agradecimento aos nossos Clientes por manterem a sua confiança no Yingwe Microbanco; aos nossos Accionistas pela lealdade e todo o suporte que nos têm concedido, e em especial aos Colaboradores, pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão para a consolidação e crescimento da nossa instituição.

A todos, fica uma palavra de gratidão, mas também de compromisso e determinação para que, com muito trabalho, rigor o Yingwe possa prosseguir com a sua missão.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Mussanhane', written over a horizontal dotted line.

Ana Mussanhane

(Presidente do Conselho de Administração)



YINGWE MICROBANCO, S.A

Relatório de Gestão

Gerente_yingwe

12/31/2022



1. Introdução

O Yingwe -Mcb é uma sociedade do tipo microbanco, constituída a 25 de Abril de 2008. Resulta de participações de cinco (5) accionistas: Gapi -Sociedade de Investimentos, S.A. (64.55%), Liana de Investimentos, Lda (30.40%), PGB, Lda (2.36%), Emanuel Mavie (1.13%) e Gregory Binkert (1.56%), correspondentes a um total de 23.000.000,00Mt em capital social.

A sua sede, está localizada na Vila Sede do Distrito de Morrumbene, Província de Inhambane, e desenvolve fundamentalmente operações activas excepectuando a captação de depósitos conforme o regulamentado aos microbancos desta tipologia.



2. Demonstração da Posição Financeira

Com referência a 31 de Dezembro de 2022, a caixa disponibilidades em banco central e outras instituições de crédito, encerrou com um saldo de 870 mil MZN, contra 713 MZN do exercício anterior, o correspondente a um incremento na ordem de 22%. A carteira líquida livre das imparidades fixou-se em 4.3 milhões MZN, contra 3.7 milhões do ano anterior, o equivalente a um incremento de cerca de 15.8%.

Ao nível dos activos, a instituição registou no período um total de 7.8 milhões MZN, contra 7.1 milhões do ano passado, o equivalente a um incremento de 9.8%. Os fundos próprios, também tiveram uma posição positiva na ordem de 2.8 milhões MZN, contra 1.8 milhões do exercício anterior. Este resultado decorre da injeção de capitais realizada pelos accionistas no período.

Lembrar que continuamos aguardar pela validação dos resultados positivos pelo regulador, referentes aos exrcios 2019 e 2021, considerando o impacto ao nível do cálculo dos rácios prudenciais da instituição.

2.1 Margem Financeira

A margem financeira aumentou de 3.2 milhões MZN do ano anterior para cerca de 3.5 milhões MZN em 2022, uma subida equivalente a 9.39%, como resultado do aumento do crédito concedido e dos respectivos rendimentos provenientes de juros e comissões obtidos no período.

2.3 Produto Bancário

O produto bancário reduziu em mais de 100%, quando comparado com o exercício findo de 2021. Este resultado, em parte deve-se ao perdão parcial do empréstimo no ano anterior, bem como da fraca produtividade da carteira decorrente da cobrança de juros no período.

Imparidades de Crédito e Qualidade dos Activos

As imparidades de outros activos líquidos de reversões e recuperações no período, reduziram para cerca de 40 mil MZN, contra aproximadamente 222 mil MZN do ano anterior, o que traduz-se nos esforços de recuperação do crédito, apesar dos constrangimentos da crise económica na recuperação do crédito.

3. Resultado do Exercício

Apesar dos esforços desenvolvidos na captação de novos clientes, expansão dos serviços da instituição, e a injeção de fundos pelos accionistas para alavancagem da carteira, registou-se no período um resultado negativo de 1.9 milhões MZN, contra 1.3 milhões MZN positivo do ano anterior.

Concorreu para este resultado, a crise económica e a fraca capacidade de recursos para responder a demanda de crédito.

4. Alguns Indicadores Prudenciais

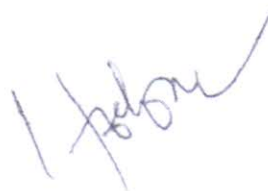
INDICES <i>Capital Subscrito e Realizado até a Data em milhares</i>	dez/21	dez/22	Limite
	20 000	20 000	
1. RESULTADO LÍQUIDO	1 305	(1 946)	
2. ACTIVO CORRENTE	7.140	7.819	8,00%
3. RACIO DE FUNDOS PRÓPRIOS			
3.1 Na optica Prudencial (Valores em milhares Mts)	1.822	2874	
4-RACIO DE SOLVABILIDADE			
5.1 - Na optica Prudencial (%)	5.23%	-23.74,%	
5-RACIO DE COBERTURA DE RESPONSABILIDADES			
5.1 - Na optica Prudencial (Valores em milhares Mts)	(941,71)	262,00	25,00%
6.1 - Na optica Prudencial (%)	18,62%	-82%	
7.1 - Na optica Prudencial (%)	14,12%	10,00%	

5. Conclusões

O exercício de 2022, foi de desafios tendo em conta a conjuntura económica, e os impactos decorrentes das alterações climáticas que constituem uma realidade mundial.

Contudo, foi notório o esforço desenvolvido para assegurar o ríptimo da carteira, bem como para a reversão e recuperação do crédito, embora os desafios que persistem neste âmbito tendo em conta o impacto da crise económica.

Continuaremos com acções de acompanhamento para dinamizar a carteira crédito, em vista a sua sustentabilidade, como desafios. Igualmente, assegurar a qualidade de carteira e continuar a interagir com o Banco de Moçambique para a flexibilizar a análise dos processos 2019 e 2021, para consequente autorização e incorporação dos resultados positivos e deste modo, alavancar os fundos da instituição.



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL


(Referente ao 1º trimestre 2023)

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas e previstas nos Estatutos do YINGWE - MICROBANCO, no Código Comercial e pelas demais legislação aplicável, cumpre-nos apresentar sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em relação as Demonstrações Financeiras da YINGWE-MICROBANCO, SA., referentes ao primeiro trimestre de 2023.

No desempenho das funções do Conselho de Fiscal, solicitamos os documentos abaixo indicados para procedermos a fiscalização dos actos verificação e comprovação que consideramos adequados para o cumprimento das nossas funções, designadamente:

- 1) Demonstrações financeiras de 2022;
- 2) Relatório dos Auditores Externos;
- 3) Relatório de Gestão 2022;
- 4) Plano de Gestão para 2023;
- 5) Balanço Financeiro primeiro trimestral de 2023;
- 6) Indicadores Prudenciais do primeiro trimestre 2023;
- 7) Actas do Conselho de Administração realizadas no 1 trimestre de 2023;
- 8) Tabela de remuneração da Instituição;
- 9) Tabela de remuneração dos órgãos Sociais da Instituição;


H. Bai

10) Contrato do projecto REEF - assinado com o Mozabanco e do Banco Alemão de Desenvolvimento e a Cooperação Alemã para o financiamento às Micro e Médias Empresas do Sector Agrário através do Banco de Moçambique.

No âmbito das nossas funções obtivemos os documentos referentes aos pontos 1, 3,5,6 e o 8, da alínea anterior. Com base na informação recebida:

- E da informação dos indicadores prudências e económicos financeiros, tabela em anexo concluímos que:

- **A) Sobre o Rácio de Alavancagem**, rácio de capital que evidencia a dependência de Capital Alheio: verificou-se uma variação de 31/12/22 a 31/03/2023 de positiva de 34.78 percentuais, fixando-se em 238.30%. Este valor é o mais alto do sistema financeiro. Importa avaliar as condições do recursos externos em termos de prazos e taxas de juro e confirmar as situações possíveis de quase capital. Esta análise é fundamental para a determinação do aumento de capital.
- **B) Sobre o Tier 1 Capital** continua baixo embora tenha tido um crescimento no neste primeiro trimestre de 2023 quando tomamos como base o valor de - 23.74% de 31 de Dezembro de 2022. Neste primeiro trimestre apresenta o valor de 11.34%.
- **C) Sobre o NPL**, rácio da qualidade dos Activos, neste trimestre continua com o mesmo valor que a 31 de Dezembro de 2022, 16.95% o que pressupõe que se deve verificar como para baixar este rácio. Sendo de recomendar maior rigor na análise e concessão de créditos e um maior esforço na recuperação do crédito concedido.
- **D) Sobre o ROA**, rácio de Resultados, **apresenta valor negativo** neste primeiro trimestre continua com um rácio negativo de -25.22%. Este rácio evidencia que a empresa não está a conseguir gerar lucros suficiente para compensar os

H. Bai
H. Bai

investimentos feitos em seus activos. O que pode ser causa de alguns factores tais como a não recuperação dos seus serviços, aumento dos custos operacionais, deficiente gestão dos activos ou mesmo problemas estruturais da Instituição. Recomenda-se uma análise sobre a instituição para se poder tomar as medidas correctivas.

- Olhando para a Governança Cooperativa temos :

- **A)** A acta da AG de 22 de Dezembro de 2022 onde foram nomeados os órgãos sociais, de acordo com cumprimento e implementação do Plano de Recuperação. Sobre a proposta importa confirmar se o BM aprovou os órgãos sociais eleitos;
- **B)** Caso tenha sido aprovados importa proceder a tomada de posse dos respectivos órgãos;
- **C)** Importa também elaborar e aprovar a tabela de remuneração e outras regalias dos órgãos sociais;
- **B)** Importa também proceder a análise da situação contratual da PCA, cuja nomeação foi feita na **Acta da AG de 21 de Abril de 2008**, não existe na Instituição nada que comprove juridicamente o valor pago mensalmente.

- O sistema de Gestão e digitalização,:

- **A)** Sobre a **modernização do sistema informático** importa que a aplicação que vier a ser aprovada contempla que output forneça informações necessários para a melhoria do desempenho da Instituição, nomeadamente, informação dos clientes em cada período, a informações de rácios exigidas pelo regulador BM, e outras Instituições.

Conclusão e Recomendações:


Handwritten signature:
HBCU

- a) A YINGWE, MICROBANCO, SA, apresenta rácios de capitais próprios de endividamento e falta de liquidez bastante desequilibrados, sugere-se que se proceda uma auditoria interna para que se possa avaliar os pontos fortes e fracos da Instituição, e proceder as correcções necessárias
- b) A YINGWE MICROBANCO, SA, mostra nos seus rácios a necessidade de um melhor equilíbrio entre os capitais próprios e os capitais alheios, como focado na alínea anterior recomenda-se um trabalho para tentar resolver os maiores desequilíbrios financeiros e de gestão da Instituição.

O Conselho Fiscal endereça seu voto de reconhecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores do Yingwe – Mcb, no engajamento ao sucesso da instituição.

Maputo, 17 de Julho de 2023

Dorcas Pereira
(Presidente)



Haua Bai
(1 Vogal)





INDICE

PÁGINAS

Relatório Do Conselho De Administração.....	1
Relatório Do Auditor Independente.....	2 -5
Demonstração Dos Resultados.....	6
Demonstração Da Posição Financeira.....	7
Demonstração De Fluxo De Caixa	8
Demonstração Das Alterações No Capital Próprio.....	9
Notas Às Demonstrações Financeiras.....	10 - 26



YINGWE MICROBANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em Meticais)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2022



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique aprovados pelo Aviso N° 13/GGBM/99 de 30 de Dezembro, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados é da Administração do **Yingwe Microbanco, S.A.**

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique para o sector bancário aprovados pelo Aviso N° 13/GGBM/99 de 30 de Dezembro. O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Baseado em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não possui conhecimento de qualquer razão que possa perigar a continuidade da instituição num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno, apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 18 de Janeiro de 2023 e vão assinadas em seu nome por:

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluimos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as demonstrações financeiras

O Conselho de Administração do **Yingwe Microbanco, SA**, é responsável pela preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções devido a erro ou fraude.

Quando prepara Demonstrações Financeiras o Conselho de Administração, é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração, tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA's detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA's, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações

ou sobreposição ao controlo interno;

Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **Yingwe Microbanco, SA**.

Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **Yingwe Microbanco, SA** para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades; Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maputo, 10 de Julho de 2023

CAT CONSULTORES, LDA
14/SCA/OCAM/2015



Agostinho A. Fernando
Auditor 69/CA/OCAM/2014

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Descrição	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	5	3.519.638	3.227.435
Juros e encargos similares	6	(3.119)	(12.896)
Margem financeira		3.516.519	3.214.539
Rendimentos com serviços e comissões		268.380	212.301
Encargos com serviços e comissões		(32.027)	(33.712)
Outros resultados de exploração	7	(20.197)	3.406.773
Produto bancário		3.732.675	6.799.901
Custos com pessoal		(3.264.316)	(3.171.617)
Gastos gerais administrativos	8	(2.191.198)	(1.949.423)
Amortizações do exercício		(195.308)	(150.476)
Provisões líquidas de reposições e anulações		12.375	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(40.392)	(222.585)
Resultados antes de impostos		(1.946.164)	1.305.800
Impostos		-	-
Correntes		-	-
Diferidos		-	-
Resultados após impostos		(1.946.164)	1.305.800

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Descrição	Notas	2022	2021
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10	78	176
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	870.896	713.628
Crédito a clientes	12	4.342.289	3.749.932
Activos tangíveis	13	2.143.266	2.235.256
Activos intangíveis	14	78.507	85.094
Activos por impostos correntes		330.000	300.000
Outros activos		54.587	56.437
Total de activos		7.819.623	7.140.523
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	4.882.391	5.006.760
Outros passivos	16	60.520	310.887
Total de Passivo		4.942.911	5.317.648
Capital			
Capital social	17	23.000.018	20.000.018
Outras reservas e resultados transitados		(18.177.142)	(19.482.942)
Resultado do exercício		(1.946.164)	1.305.800
Total de Capital		2.876.712	1.822.876
Total de Passivo e Capital		7.819.623	7.140.523

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Descrição	Notas	2022	2021
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		(1.946.164)	1.305.800
Juros e similares (líquido)		(3.516.519)	(3.214.539)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações		195.308	150.476
Perdas por imparidade de crédito		-	-
Varição de empréstimos e adiantamentos a clientes	11	(592.358)	729.479
Varição de outros activos operacionais		(223.459)	(147.366)
Varição de passivos operacionais	15.16	(374.736)	(2.518.275)
Imposto sobre o rendimento			
Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais		(6.457.927)	(3.694.425)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	13	-	(163.361)
Alienação/Abate de activos tangíveis		91.990	-
Aquisição de activos intangíveis	14	6.587	(12.191)
Cash flow usado nas actividades de investimento		98.577	(175.552)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumento de capital social	17	3.000.000	-
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		3.000.000	-
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		3.516.519	3.214.539
Caixa líquida usada nas actividades de investimentos		3.516.519	3.214.539
Varição de caixa e equivalentes de caixa		157.169	(655.438)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		713.804	1.369.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		870.974	713.804

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Descrição	Capital social	Resultados Transitados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	20.000.018	(19.482.942)	517.076
Aumento de capital	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	1.305.800	1.305.800
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	20.000.018	(18.177.142)	1.822.876
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	23.000.018	(18.177.142)	4.822.876
Aumento de capital	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	(1.946.164)	(1.946.164)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	23.000.018	(20.123.306)	2.876.713

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1.	Introdução	10
2.	Princípios contabilísticos	10
3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	17
4.	Alterações nas políticas contabilísticas	18
5.	Juros e rendimentos similares	19
6.	Juros e encargos similares	19
7.	Outros resultados de exploração	19
8.	Gastos Gerais Administrativos	20
9.	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20
10.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	20
11.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	21
12.	Crédito à clientes	21
13.	Activos tangíveis	21
14.	Activos intangíveis	22
15.	Recursos de clientes e outros empréstimos	22
16.	Outros passivos	23
17.	Capital	23
18.	Contingências e compromissos	23
19.	Gestão de riscos financeiros	23
20.	Continuidade	24
21.	Eventos subsequentes	24

I. Introdução

O **Yingwe Microbanco, S.A.** é uma sociedade anónima que opera no sector financeiro, com sede em Morrumbene - Inhambane. A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

I.1. Bases de preparação e declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário aprovados pelo Aviso nº 13/GGBM/99 de 30 de Dezembro e em cumprimento ao disposto no Aviso 04/GGBM/2007 de 2 de maio de 2007 e nas disposições complementares, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as IFRS e de acordo com as normas emanadas pelo Banco de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

Exceptuando ligeiras sintetizações, a forma de apresentação, as demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e foram preparadas pelo **Yingwe Microbanco, S.A.** a partir dos seus registos contabilísticos e que irão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos accionistas.

Continuidade das operações

Em referência a 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade apresenta prejuízos acumulados no montante de 18 177 143 Meticais (2021: 19 482 942 Meticais), originando um capital próprio positivo de 2 876 712 Meticais (2021: 1 822 876 Meticais). O capital próprio representa menos de metade do capital social, o que coloca o Microbanco perante a situação prevista no artigo 119 do Código Comercial.

Para mitigar esta situação, foram já tomadas as seguintes medidas:

- ✓ Aumento de capital social em 23 000 000 Meticais subscrito e realizado pelos accionistas GAPI e LIANA INVESTIMENTOS (dos quais 3 000 000 Meticais, aguardando aprovação do Banco de Moçambique);
- ✓ Abertura de Capital para entrada de novos accionistas na Sociedade;

2. Princípios contabilísticos

2.1. Operações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais que constitui moeda funcional e de apresentação utilizada pela entidade nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeiras são inicialmente convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de transação, à data da Posição Financeira os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais a taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas nas demonstrações de resultados no período a que dizem respeito.

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transação ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos a taxa de câmbio em vigor na data de determinação do Justo valor.

2.2. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores apresentados na Posição Financeira em caixa e depósitos em instituições de crédito.

2.3. Activos e passivos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Posição Financeira da entidade na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, excepto perdas e passivos ao justo através dos resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante no qual um ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais do mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente ao preço da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação o caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transações de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham impacto sobre os fluxos futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade que incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação do capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i) Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados na Posição Financeira pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii) Investimentos detidos até a maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que a entidade tem a intenção e capacidade de deter até a data de seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método de taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A entidade avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os ativos financeiros detidos até a maturidade. Caso exista evidência objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros dos activos. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

iii) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotado em mercados activos.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 estabelece requisitos a reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contractos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui a IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimentos e mensuração. Os requisitos da IFRS 9 representam uma alteração significativa da IAS 39. A nova norma apresenta alterações fundamentais na contabilização de activos financeiros e em certos aspectos alterações fundamentais da contabilização de passivos financeiros.

Classificação

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para activos financeiros: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) justo valor através de lucros ou prejuízos. A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios na qual o activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais. Esta norma elimina as categorias anteriores da IAS 39 as categorias de detidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber e disponíveis para a venda. De acordo com a IFRS 9, os derivados incorporados nos contractos nos quais o “host” é um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Invés disso, os instrumentos financeiros híbridos como um todo são avaliados para fins de classificação.

A IFRS 9 retém em grande parte os requisitos existentes na IAS 39, para a classificação dos passivos financeiros. No entanto embora de acordo com a IAS 39, todas as alterações no justo valor dos passivos designados na opção de justo valor foram reconhecidas nos lucros ou prejuízos. De acordo com a IFRS 9, as variações no justo valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da alteração do justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentado em outro rendimento integral; e

O valor remanescente da variação do justo valor é apresentado nos lucros ou prejuízos.

Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” na IAS 39, por um modelo de “perda esperada de crédito”. O novo modelo de imparidade também se aplica a determinados compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mas não a investimentos de capital.

De acordo com a IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo relativamente a IAS.

2.4. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzindo as amortizações e as perdas por imparidades acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que eles resultarão benefícios económicos para a entidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Activos tangíveis	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4-6	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis, as alterações da vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou o contrato de arrendamento.

Um item dos activos tangíveis deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

2.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.6. Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados reactivamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade a data de balanço.

2.7. Reconhecimento dos rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a entidade e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, os seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda, os gastos e rendimentos de juros são registados a taxa *de juro efectiva a qual apresenta a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada* do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo, ou passivo financeiro. O cálculo toma em consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação de perda de imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

A entidade obtém taxas e comissões de serviços prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem as comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transação.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados, engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor a data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

2.9. Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.10. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a responsabilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.11. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição Financeira (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição Financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As Principais estimativas contabilísticas utilizadas pela entidade são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar o futuro, resultado em alterações dos montantes constituídos para fazer face as perdas efectivas.

Adicionalmente a análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face a situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A entidade considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são geralmente determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o enquadramento das suas operações, a qual é suscetível de poder vir a ser questionada pelas autoridades fiscais.

4. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício findo em **31 DE DEZEMBRO DE 2022**, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desse exercício.

5. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares apresenta-se como segue

Descrição	2022	2021
Juros de D/O noutras instituições de crédito	-	-
Juros de empréstimos concedidos	3.426.857	3.214.697
Juros de créditos vencidos e juros de mora	92.781	12.738
Total	3.519.638	3.227.435

6. Juros e encargos similares

Os juros e encargos similares apresentam-se como segue:

Descrição	2022	2021
Juros de empréstimo FNB	-	-
Juros de empréstimo Gapi	3.119	12.896
Juros pagos ao FARE	-	-
Total	3.119	12.896

7. Outros resultados de exploração

Os Outros resultados de exploração apresentam-se como segue:

Descrição	2022	2021
Donativos a Instituições Publicas e Privadas	(12.000)	-
Multas e outras penalidades legais	(50)	(34.959)
Regularização Exercícios Anteriores	(5.530)	-
Perdas em activos tangíveis e intangíveis	-	-
Ganhos e Recuperação de Créditos de clientes	7.056	-
Ganhos Realizáveis	-	3.437.134
Reembolso de despesas	12.100	5.888
Outros impostos	(21.773)	(1.290)
Total	(20.197)	3.406.773

8. Gastos Gerais Administrativos

Os gastos gerais administrativos apresentam-se conforme segue:

Descrição	2022	2021
Água, energia e combustíveis	579.214	482.715
Impressos e material de consumo corrente	95.474	89.015
Material para assistência e reparação	132.225	129.533
Material de higiene e limpeza	35.405	48.469
Fardamento e calçado	1.692	13.448
Ferramentas e utensílios	2.270	500
Rendas e aluguer de casa	-	1.600
Comunicações e despesas de expedição	97.627	104.743
Transporte e portagens	12.220	1.360
Ajudas de custo	8.250	42.875
Alojamento	93.000	81.000
Despesas de representação	142.518	119.285
Publicidade obrigatória	-	1.574
Manutenção e reparação imóveis	24.950	46.750
Manutenção e reparação equipamentos	132.054	75.146
Outros tipos de seguro	10.500	38.808
Avenças e honorários	756.250	658.052
Serviços de contencioso e notariado	67.550	14.550
Total	2.191.198	1.949.423

9. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações apresentam-se como segue:

Descrição	2022	2021
Perdas de imparidades de crédito a clientes	(22.075)	(16.495)
Perdas de juros com imparidades	(1.490.784)	(1.443.240)
Reversão e recuperação de perdas com imparidades	1.472.468	1.237.151
Total	40.392	(222.585)

10. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O Caixa e disponibilidades em bancos centrais apresenta-se como segue:

Descrição	2022	2021
Caixa fundo de maneio	78	176
Total	78	176

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2022	2021
Fnb	85.347	229.775
Standard bank	3.717	3.717
Bci	781.832	480.136
Total	870.896	713.628

12. Crédito à clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	2022	2021
Crédito ao consumo	760.362	498.219
Crédito ao comércio	2.301.458	2.360.508
Crédito a Agro Investe	153.000	9.087
Crédito a Agro Investe 2	729.590	433.739
Reprogramado	22.947	-
Capital vencido	1.238.756	2.272.728
Juros vencidos por regularizar	158.141	383.332
Juros de mora	-	1.361
Imparidades acumuladas	(1.021.964)	(2.209.042)
Total	4.342.289	3.749.932

13. Activos tangíveis

Descrição	2022	2021
Outros activos tangíveis	2.978.470	3.853.091
Outros Activos	-	-
Sub Total	2.978.470	3.853.091

Amortizações acumuladas (Activos Tangíveis)

Outros activos tangíveis	835.205	1.617.835
Sub Total	835.205	1.617.835
Total	2.143.266	2.143.266

14. Activos intangíveis

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2022	2021
Outros activos intangíveis		
Sub Total	228.753	435.324
	228.753	435.324
Amortizações acumuladas (Activos intangíveis)		
Outros activos intangíveis	150.246	350.230
Sub Total	150.246	350.230
Total	78.507	85.094

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2022	2021
Gapi (i)	4.882.391	5.006.760
Total	4.882.391	5.006.760

(i) O saldo desta rubrica é referente a dois empréstimos dos quais:

- O primeiro é relativo ao trespasse da dívida contraída junto do FNB, a favor da GAPI, no montante de **3.821.250 MT**.
- O segundo é relativo aos suprimentos da Gapi no montante de **1.061.141MT**, no âmbito do Plano de Assistência Técnica e Recapitalização do Yingwe Microbanco, SA.

16. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta-se conforme a tabela abaixo:

Descrição	2022	2021
Rendimento de trabalho dependente	27.302	27.302
Rendimento de trabalho independente	9.000	-
Inss	19.671	24.290
Credores clientes por identificar	4.536	52.344
Outros credores diversos	-	202.375
Sobrepagto/overpayment	11	4.577
Total	60.520	310.887

17. Capital

O Capital social apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2022	2021
Gapi, SA	15.610.812	12.910.812
Liana Investimentos	6.379.006	6.079.006
PGB Investimentos	472.500	472.500
Gregoy Binkert	225.000	225.000
Emanuel Mavie	312.700	312.700
Total	23.000.018	20.000.018

18. Contingências e compromissos

A data da Posição Financeira a entidade não possuía nenhuma contingência e passivo.

19. Gestão de riscos financeiros

A entidade encontra-se exposta essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de crédito. O principal objetivo da Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades da entidade. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da entidade, o qual determina quais são os riscos aceitáveis.

Risco do mercado

São de particular importância na gestão do risco de mercado o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

a) Risco de taxa de juro

A exposição da entidade à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de curto prazo que são constituídos na sua maioria por "overdrafts". O objectivo da entidade é limitar a volatilidade dos fluxos de caixa

e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação das reservas em moeda estrangeira em banco.

b) Risco de taxa de câmbio

A entidade está exposta ao risco de taxa de câmbio nas transacções relativas a vendas e prestações de serviços em USDs, sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à volatilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada pela concentração de disponibilidade de USDs.

Risco de Liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a entidade tenha disponível, a todo momento os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos através de uma adequada gestão de maturidade dos financiamentos.

A entidade prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Risco de crédito

A entidade está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e quantitativa, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela companhia que sendo nulas, estando, portanto, ao seu justo valor.

20. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas presumido que a entidade está em continuidade e manterá as suas actividades no futuro previsível.

21. Eventos subsequentes

Após a data da Posição Financeira e até a data em que as demonstrações financeiras formam autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a entidade que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgações das mesmas.

MODELO III

Balço - Contas Individuais (Activo)

(Montantes expressos em meticals)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano		Ano anterior		
		Valor antes de Provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	2022	2021	
Activo						
10 + 3300		1	78		78	176
Caixa e disponibilidades em bancos centrais						
11 + 3301		2	870,896		870,896	713,628
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
153 (1) + 158 (1) + 16		3				
Activos financeiros detidos para negociação						
153 (1) + 158 (1) + 17		4				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)		5	0		0	0
Activos financeiros disponiveis para venda						
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300		6	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito						
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018		7	5,364,254	1,021,964	4,342,289	3,749,932
Crédito a Clientes						
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303		8				
Investimentos detidos até à maturidade						
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)		9				
Activos com acordo de recompra						
21		10				
Derivados de cobertura						
25 - 3580		11	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda						
26 - 3581 (1) - 360 (1)		12	0	0	0	0
Propriedades de investimento						
27 - 3581 (1) - 360 (1)		13	2,978,470	835,205	2,143,266	2,235,256
Outros activos tangiveis						
28 + 29 - 3582 - 3583 - 361		14	228,753	150,246	78,507	85,094
Activos intangiveis						
23 - 356		15				
Investimentos em filiais excluidas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos						
300		16	330,000		330,000	300,000
Activos por impostos correntes						
301		17				
Activos por impostos diferidos						
		18				
Provisões técnicas de resseguro cedido						
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)		19	54,587		54,587	56,438
Outros Activos						
Total de activos			9,827,039	2,007,415	7,819,623	7,140,523

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico de Contas

[Assinatura]

(Augusto Vinle Souza Neto)

Licença Nº 563/CC/OCAM/2013

O Director Executivo

[Assinatura]

(Helder José Cumbe)

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

(Montantes expressos em miléus)

Rubricas	Nota / Quadro anexo	Ano		
		2021	Ano anterior 2021	
79 + 80	Juros e rendimentos similares	43	3,519,638	3,227,435
66 + 67	Juros e encargos similares	44	3,119	12,896
	Margem financeira		3,516,519	3,214,539
82	Rendimentos de instrumentos de capital	45		
81	Rendimentos com serviços e comissões	46	268,380	212,301
68	Encargos com serviços e comissões	47	32,027	33,712
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	48		
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	49		
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	50	0	0
- 691 - 697 - 699 (1) - 724 - 726 (1) + 821 + 827 + 839 (1) + 842 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	51		
	Prémios líquidos de resseguro	52		
	Custos com sinistros líquidos de resseguro	53		
	Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	54		
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 842 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	55	-20,197	3,406,773
	Produto bancário		3,732,675	6,799,901
70	Custos com pessoal	56	3,264,316	3,171,617
71	Gastos gerais administrativos	57	2,191,198	1,949,423
77	Amortizações do exercício	58	195,308	150,476
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	59	-12,375	0
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	60	40,392	222,585
767 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	61		
	Resultados antes de impostos		-1,946,164	1,305,800
65	Correntes			
74 - 86	Diferidos			
640	Resultados após impostos		-1,946,164	1,305,800
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

O Técnico de Contas

(Augusto Vinte Sousa João)
 Licença N.º 563/CC/OCAM/2013

O Director Executivo

(Helder José Cumbe)